



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015**

**MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE**

Assim como no ano anterior, o ano de 2015 mostrou-se bastante desafiador. A permanência do nível das chuvas abaixo da média histórica, no Brasil, exigiu o acionamento quase integral das usinas termelétricas, elevando de maneira significativa o custo de aquisição de energia elétrica para todas as distribuidoras. Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das empresas, a ANEEL autorizou Revisão Tarifária Extraordinária e a implantação das Bandeiras Tarifárias, levando a um forte aumento na tarifa de energia elétrica percebida pelos clientes.

Com o agravamento da recessão econômica e pressão inflacionária, os clientes tiveram mais dificuldade para pagar sua conta de energia elétrica e os níveis de inadimplência apresentaram elevação ao longo do ano, pressionando o caixa da empresa.

Neste contexto, continuamos na estratégia de realização de ações prioritárias voltadas para proteção do caixa, otimização da base de custos, manutenção da qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes e medidas de combate às perdas de energia.

**Mercado**

A base de clientes foi incrementada em 3,2% comparado a 2014, que representou 55 mil novos clientes conectados à rede da companhia. O acréscimo neste período concentrou-se na classe residencial (+3,3%) e na classe comercial (+2,4%).

**A COMPANHIA**

A EDP Bandeirante, Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba e Litoral Norte.

**CENÁRIO MACROECONÔMICO**

Em 2015, São Paulo - que tem participação de cerca de 32% no PIB nacional - esteve no centro da desaceleração econômica. Dados da SEADE<sup>(1)</sup> mostram que, nos nove primeiros meses do ano, a atividade paulista apresentou queda de 4,2% em relação ao mesmo período de 2014, em decorrência das reduções de 3,7% no Valor Adicionado e de 6,6% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. Destaca-se, que a queda Valor Adicionado deveu-se aos desempenhos negativos da indústria (-8,3%) e dos serviços (-2,4%).

A queda nos preços das commodities, o aumento nas taxas de juros, as restrições ao crédito, o avanço da inflação aprofundaram o quadro recessivo da economia paulista.

De acordo com o IBGE<sup>(2)</sup>, no ano de 2015, o total da indústria de São Paulo mostrou redução de 11,0% frente a igual período do ano anterior, com todas as dezoito atividades investigadas apontando queda na produção. O setor de veículos automotores (-22,6%) exerceu a principal influência negativa pressionado, em grande medida, pela queda na produção de automóveis, caminhões, caminhão-tractor para reboque e semirreboques e motores diesel e semidiesel para ônibus e caminhões.

No que se refere ao consumo - segundo dados do IBGE<sup>(3)</sup>, em 2015 - o volume de vendas do comércio varejista teve retração de 3,5%, frente ao mesmo período de 2014, com nove das onze atividades acompanhadas apresentando queda. Destacam-se os recuos verificados nas atividades de móveis e eletrodomésticos.

O mercado de trabalho foi impactado pela perda de ritmo da atividade econômica. De acordo com o CAGED<sup>(4)</sup>, em 2015, o saldo de postos de trabalho formais teve queda de 3,65%, -467 mil postos, o setor com maior contribuição negativa foi a Indústria de Transformação com decréscimo de -226.027.

<sup>(1)</sup> Fonte: SEADE - PIB trimestral do estado de São Paulo. 3º Trimestre de 2015.

<sup>(2)</sup> Fonte: IBGE: Pesquisa Industrial Mensal Produção Física-Regional. Dezembro de 2015.

<sup>(3)</sup> Fonte: IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Dezembro de 2015.

<sup>(4)</sup> Fonte: CAGED/MTE. Dezembro de 2015.

**AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO**

**Alterações Regulatórias**

Em janeiro de 2015 entrou em vigor o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Este sistema sinaliza aos consumidores os custos reais da produção de energia elétrica, sendo composto por três bandeiras: verde, amarela e vermelha. A bandeira verde indica que o custo de produção de energia está mais baixo, não sendo aplicada nenhuma modificação nas tarifas de energia. As bandeiras amarela e vermelha representam o aumento de custo de produção de energia, sendo aplicado um valor adicional à tarifa de energia. Apenas os consumidores classificados na subclasse residencial e os que usam a energia elétrica em atividades de irrigação possuem desconto sobre o adicional aplicado pelas bandeiras amarela e vermelha. Mensalmente, as condições de operação do sistema são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define a melhor estratégia de geração de energia face à procura. Em fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), pelo Decreto nº 8.401. As distribuidoras devem recolher os recursos provenientes da aplicação do sistema das bandeiras tarifárias diretamente para essa conta, gerida pela CCEE. Os recursos são alocados para a cobertura de custos que não estão previstos na tarifa das distribuidoras, tais como: Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, despacho térmico, risco hidrológico de Itaipu e de quotas, exposição ao mercado de curto prazo e excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER.

A ANEEL homologa mensalmente as transferências para as distribuidoras. Os eventuais custos não cobertos pela receita serão considerados no processo tarifário subsequente.

Em 27 de Fevereiro de 2015, através da Resolução Homologatória nº 1.859, a ANEEL estabeleceu os critérios vigentes a partir de março de 2015 para o adicional de tarifa e o funcionamento do Sistema de Bandeiras Tarifárias:

- a) **Bandeira Verde:** utilizada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário - CVU da última central a ser despachada fosse inferior ao valor de 200 R\$/MWh;
- b) **Bandeira Amarela:** utilizada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário - CVU da última central a ser despachada fosse igual ou superior a 200 R\$/MWh e inferior ao valor máximo do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, de 388,48 R\$/MWh em 2015. Para o período de 1 de janeiro até 1 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende a 1,5 R\$ por 100 kWh. A partir de 2 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende de 2,5 R\$ por 100 kWh; e
- c) **Bandeira Vermelha:** utilizada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário - CVU da última central a ser despachada fosse igual ou superior ao valor máximo do PLD. Para o período de 1 de janeiro até 1 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende a 3 R\$ por 100 kWh. A partir de 2 de março de 2015, o acréscimo proporcional ao consumo ascende de 5,5 R\$ por 100 kWh. A partir de 1º de setembro de 2015, conforme determinado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.945 de 28 de agosto de 2015, ocorreu a aprovação da redução do valor da bandeira vermelha para 4,50 R\$ por 100 kWh.

Os recursos provenientes do sistema de Bandeiras Tarifárias acumulados em 2015 para a EDP Bandeirante estão detalhados na tabela abaixo:

Bandeira Tarifária	Bandeirante
Receita	409.919.213,13
Custo Mensal	-325.512.634,56
Repasse CCRBT*	-78.083.501,59

\* Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias

**Revisões Tarifárias e Reajustes Tarifários**

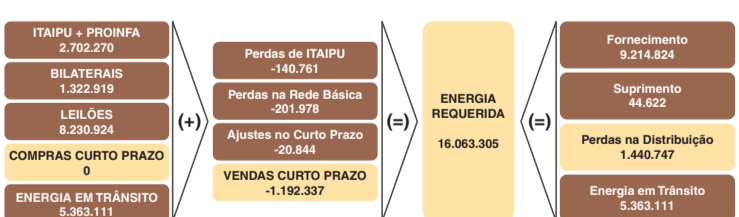
Em fevereiro, a ANEEL realizou processo de Revisão Tarifária Extraordinária - RTE de determinadas distribuidoras e definiu a metodologia aplicável. Os resultados das RTEs das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica estão divulgados na Resolução Homologatória nº 1.858. Para a EDP Bandeirante a aplicação das novas tarifas, a partir de 2 de março, resultou num aumento médio nos seus clientes de 25,12%.

Em outubro de 2015, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da EDP Bandeirante. O efeito médio ao consumidor foi de 16,14%, sendo de 17,09% para os consumidores em Alta Tensão e 15,37% para os em Baixa Tensão. A Parcela B da concessionária, destinada a custear os gastos com a atividade de distribuição de energia elétrica, foi definida em R\$ 823 milhões, que deduzida do compartilhamento de Outras Receitas resulta na Parcela B de R\$ 791 milhões. Para o período de 2016 a 2019, a componente Produtividade (Pd) anual do Fator X foi estabelecida em 1,14%, enquanto a componente Transição (T) do mesmo Fator X foi estabelecida em -0,23%. As Perdas Técnicas foram fixadas em 4,59%. As Perdas não Técnicas foram fixadas em uma trajetória decrescente que inicia em 9,83% em 2016 e termina em 8,45% em 2019.

**MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA**

**Balanco Energético (MWh)**

O Balanco Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.



**Compra de Energia**

A compra de energia em 2015 foi de 12.256,1 GWh, superior em 3,9% à de 2014. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do Proinfa representam 22,1%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 67,2% e os Contratos Bilaterais 10,8%.

**EVOLUÇÃO DO VOLUME DE ENERGIA DISTRIBUÍDA**

A EDP Bandeirante vendeu, no ano de 2015, 9.259,4 GWh para os clientes cativos, permissionárias e consumo próprio, queda de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado está impactado pelo desempenho das classes industrial e residencial, em consequência a redução da economia (produção e consumo).

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 5.363,1 GWh em 2015, apresentando um recuo de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao recuo da produção industrial de São Paulo.

A energia distribuída pela EDP Bandeirante, que compõe o mercado cativo e livre, reduziu 5,4% no mesmo período, totalizando 14.622,6 GWh. Considerando a energia de curto prazo tivemos um aumento de 0,9%, passando para 15.809,6 GWh.

O volume total de energia distribuída na área de concessão da EDP Bandeirante em 2015 foi de 14.623 GWh, o que representou um decréscimo de 5,4% em relação ao ano de 2014, com destaque para a classe industrial cativo que apresentou uma queda de 9,6%.

**Tarifas e Resultados Financeiros**

A situação de desequilíbrio nas distribuidoras levou a ANEEL a autorizar uma Revisão Tarifária Extraordinária no mês de fevereiro, que na EDP Bandeirante correspondeu a um aumento médio de 25,12%, além da implantação das Bandeiras Tarifárias.

Em outubro, a empresa passou pela Revisão Tarifária Periódica (de quatro em quatro anos), na qual a ANEEL aprovou um aumento com efeito médio ao consumidor de 16,14%.

A receita operacional líquida totalizou R\$ 3.676 milhões, sendo 20,1% superior à de 2014. A margem bruta reduziu 3,1%, devido a elevação dos custos não gerenciáveis em 29,6%, refletindo a alta dos preços de aquisição de energia. O EBITDA totalizou R\$ 520 milhões e o lucro líquido R\$ 262 milhões, aumentos de 12,0% e 9,0%, respectivamente quando comparados a 2014.

**Investimentos e melhorias em subestações**

Tendo em vista o compromisso com a qualidade dos serviços e o atendimento ao cliente, a EDP Bandeirante manteve os investimentos em melhorias estruturantes, ainda que 2015 tenha sido marcado por crise econômica no Brasil. Os investimentos líquidos totalizaram R\$ 177 milhões. Os recursos foram utilizados para expansão, modernização e manutenção do sistema elétrico, para

Energia Distribuída	MWh		Consumidores	
	2015	2014	2015	2014
<b>Fornecimento</b>				
Residencial	3.548.841	3.632.814	1.625.456	1.573.472
Industrial	2.367.321	2.618.229	12.300	12.468
Comercial	2.286.662	2.283.583	120.558	117.712
Rural	82.571	88.487	8.002	8.014
Outros (1)	923.014	962.797	13.574	13.349
Consumo próprio	6.417	6.578	162	172
<b>Total Fornecimento</b>	<b>9.214.826</b>	<b>9.592.488</b>	<b>1.780.052</b>	<b>1.725.187</b>
Suprimento	44.622	46.917	2	2
<b>Total Fornecimento e suprimento</b>	<b>9.259.448</b>	<b>9.639.405</b>	<b>1.780.054</b>	<b>1.725.189</b>
Disponibilização do Sistema de Distribuição	5.363.111	5.812.185	174	173
<b>Total Energia Distribuída</b>	<b>14.622.559</b>	<b>15.451.590</b>	<b>1.780.228</b>	<b>1.725.362</b>
Energia de curto prazo	1.187.083	220.327		
<b>Total Energia Distribuída + Curto Prazo</b>	<b>15.809.642</b>	<b>15.671.917</b>	<b>1.780.228</b>	<b>1.725.362</b>

(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público.

**QUALIDADE**

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço evoluíram positivamente em linha com os níveis de excelência nacionais. Isso se soma aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva, obras de melhoria e inovação realizados nos ativos do sistema elétrico de distribuição. Os indicadores DEC e FEC se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2015 registradas 8,43 horas e 5,09 interrupções, respectivamente.

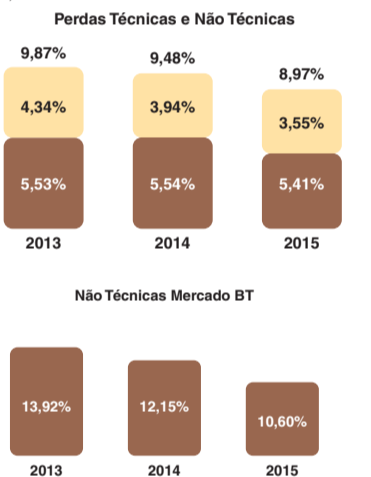
Indicador	Unidade	2013	2014	2015
DEC	Real	8,16	7,62	8,43
	Meta Aneel Regulatória	9,36	9,05	8,78
FEC	Real	5,63	5,35	5,09
	Meta Aneel Regulatória	8,07	7,55	7,23

DEC = Duração Equivalente de interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)

FEC = Frequência Equivalente de interrupções por Cliente (interrupções - média cliente/ano)

**PERDAS TÉCNICAS E NÃO TÉCNICAS**

As perdas totais em 2015 foram de 8,97%, redução de 0,51 p.p. em relação a 2014. As perdas técnicas reduziram 0,13 p.p., passando de 5,54% para 5,41% e as perdas não técnicas reduziram 0,38 p.p. passando de 3,94% para 3,55%.



**Combate às Perdas Não Técnicas**

A EDP Bandeirante encerra o ano de 2015 com Perdas Não Técnicas de 10,60% sobre o mercado de baixa tensão e a Perda Total no valor de 8,97%, que é a diferença entre a energia adquirida e a energia faturada.

O resultado mostra uma redução de 1,54 p.p. no índice de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão em relação ao índice verificado em dezembro do ano anterior, que foi de 12,15%.

Com este histórico, a empresa consolida-se como referência no combate às perdas comerciais, investindo no Programa de Combate às Perdas aproximadamente R\$ 12,9 milhões, além de R\$ 10,5 milhões de despesas operacionais. As principais ações do Programa foram a instalação de mais de 3.975 dispositivos de comunicação remota, ampliando o monitoramento sobre consumidores em baixa tensão com características comerciais e elevado consumo, a substituição de 64.289 medidores eletromecânicos obsoletos por medidores eletrônicos com melhor precisão de consumo medido, 103.000 inspeções de campo em unidades consumidoras de baixa tensão e regularização de 1,1 mil unidades consumidoras clandestinas, tudo sob a supervisão do escritório de projetos (PMO).

**PRINCIPAIS DADOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

Descrição	2015	2014	Var. %
<b>Subestações</b>			
Quantidade	66	66	0,0
<b>Potência Instalada de Transformadores (MVA)</b>	4.010	3.871	3,6
<b>Redes de Distribuição - Própria (Km)</b>	<b>28.210</b>	<b>27.953</b>	<b>0,9</b>
AT (maior ou igual a 69 KV)	953	952	0,1
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	14.412	14.256	1,1
BT (menor que 1 kV)	12.845	12.745	0,8
<b>Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)</b>	<b>64.500</b>	<b>63.066</b>	<b>2,3</b>
Urbano	47.758	46.355	3,0
Rural	16.663	16.658	0,0
Subterrâneo	79	53	49,1
<b>Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)</b>	<b>3.761</b>	<b>3.630</b>	<b>3,6</b>
Urbano	3.309	3.176	4,2
Rural	413	425	-2,7
Subterrâneo	38	29	32,3
<b>Postes em Redes de Distribuição - Quantidade</b>	<b>550.714</b>	<b>546.142</b>	<b>0,8</b>
Urbano	409.749	404.693	1,2
Rural	140.965	141.449	-0,3

**RELACIONAMENTO COM O CLIENTE**

A EDP Bandeirante segmenta seus clientes por nível de tensão de fornecimento, a saber, clientes de baixa, média e alta tensão e por classe de clientes, pertencentes às esferas pública e privada. A distribuidora possui estrutura para atender seus diversos públicos, oferecendo acesso a canais de relacionamento presencial, virtual e telefônico.

O atendimento telefônico, realizado pelo *Call Center*, em conformidade com as exigências regulatórias do setor, oferece atendimento de caráter emergencial e comercial para os clientes de baixa tensão. Em 2015 foram atendidas 1,7 milhões de chamadas. Para os clientes de média e alta tensão há uma estrutura exclusiva de atendimento telefônico personalizado e gratuito.

O atendimento via internet é realizado pela Agência Virtual, que oferece 20 serviços online, estando 11 destes disponíveis também para acesso via dispositivos móveis, como celulares e tablets. Esse atendimento abrange todas as classes de clientes e personaliza o perfil de acesso de cada visitante de acordo com a classe pertencente. Em 2015 foram realizados 8,1 milhões de acessos, entre a utilização de serviços e consultas.

Para o atendimento presencial, a concessionária conta com 30 Agências, distribuídas em todos os municípios de sua área de concessão. Em 2015 foram atendidos 897.964 mil clientes de baixa tensão. Para os clientes de média e alta tensão há atendimento exclusivo, realizado por analistas que gerenciam carteiras de clientes segmentadas por ramo de atividade.

Além disso, ainda há a disponibilização, para todos os clientes, de pontos de pagamento de fatura de energia elétrica, sendo 1.141 agentes lotéricos, correspondentes bancários e 5 redes bancárias. A distribuidora também disponibiliza o atendimento pela Ouvidoria, que é responsável por acolher as manifestações dos clientes, além de ser instância administrativa de recursos, bem como intermediária com órgãos regulamentares.

**PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

**Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

Em 2015, foram iniciados 3 projetos de P&D, permanecendo assim 13 projetos em execução, com investimentos na ordem de R\$ 4,58 milhões. A EDP Bandeirante destaca os projetos "Observatório do Consumidor" e "Opções Tarifárias", cujas avaliações qualitativas e quantitativas aplicadas no InovCity Aparecida e InovCity Espírito Santo (Domingos Martins e Marechal Floriano), trarão resultados significativos à respeito da percepção do cliente sobre as tendências tecnológicas oriundas das redes inteligentes, bem como a identificação da sensibilidade à variação do modelo tarifário (tarifa branca, pré-pagamento, bandeiras tarifárias, etc). É importante frisar também o inédito do P&D Laboratório de Smart Grids em desenvolvimento com a Universidade de São Paulo (USP). Este ambiente inovador trará dentre várias funcionalidades e testes, a implementação de um Emulador de Rede de Distribuição, aquisição de IEDs (Intelligent Electronic Devices) para automação, identificação de "FLISR" (Fault Location, Isolation, and Service Restoration), desenvolvimento de aplicação "Volt/Var" e algoritmos para alocação de religadores.

atendimento ao crescimento da base de clientes, combate às perdas, melhoria da qualidade e segurança na distribuição de energia.

**Resultados Operacionais**

O DEC (Duração Equivalente de Interrupção) ficou em 8,43 horas, e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção) foi de 5,09 vezes, abaixo dos limites estabelecidos pela Aneel para 2015, de 8,78 horas para o DEC e de 7,23 vezes para o FEC.

As perdas totais apresentaram redução de 0,51 p.p. sobre o montante de 2014, finalizando o ano de 2015 em 8,97%, menor patamar dos últimos 11 anos. A melhoria deste indicador se deve ao consistente plano de combate às perdas, com iniciativas de regularização de ligações clandestinas, substituição de medidores, inspeções para detecção de fraudes e elevação do nível de telemetria.

**Agradecimentos**

Pelas questões citadas anteriormente, o cliente foi fortemente impactado pelo aumento das tarifas, agradecemos a sua compreensão. Em 2016, reforçaremos nossos investimentos na segurança de nossos colaboradores e clientes, na qualidade dos serviços prestados, com foco na excelência operacional e aumento da eficiência, de forma a "Usar a nossa energia para cuidar sempre melhor".

**Michel Nunes Itkes**  
**Diretor Presidente da EDP Bandeirante**

Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

**Eficiência Energética**

No ano de 2015, a EDP Bandeirante investiu R\$ 14,9 milhões para a realização de projetos de eficiência energética, como a substituição de 4.408 lâmpadas ineficientes por outras utilizando tecnologia LED no Hospital Luzia de Pinho Melo, localizado em Mogi das Cruzes, projeto de performance na Indústria CEBRACE VIDROS - Caçapava, que consistiu no retrofit do sistema de iluminação utilizando lâmpadas LED, o reposicionamento de luminárias (Fábrica, Refeitório, Prédios Administrativos e externas) e as substituições dos sistemas de refrigeração de janela por split. No total foram substituídas 4.708 lâmpadas e 73 sistemas de refrigeração, além da continuidade do projeto "Boa Energia Solar", que instalou mais de 1.194 equipamentos de aquecimento solar de alta eficiência no período, permitindo assim, substituir os chuveiros elétricos existentes em comunidades de baixo poder aquisitivo.

A EDP Bandeirante deu sequência também ao projeto "Boa Energia na Comunidade", que visa aumentar a eficiência energética e regularizar unidades consumidoras de baixa renda. O programa atendeu 7.010 residências, substituindo equipamentos ineficientes por outros de melhor desempenho e orientando as famílias para que realizassem inscrição no CadÚnico e para que mudassem seus hábitos de consumo. Por fim, continuou o projeto "Boa Energia nas Escolas" que levou conhecimento sobre o uso adequado e seguro da energia a 996 professores de 160 escolas da rede pública de ensino, atingindo um total de 62.650 alunos. Foram doados materiais didáticos a cada escola, além da utilização de uma unidade móvel de ensino: o "caminhão da boa energia". A carreta itinerante visitou as escolas interagindo diretamente com os alunos através de folder explicativo, experimentos científicos e jogos educativos.

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)	2015	2014	%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.675.813</b>	<b>3.060.461</b>	<b>20,1</b>
Receita com construção da infraestrutura	161.585	138.189	16,9
<b>Gastos não gerenciáveis</b>	<b>(2.812.230)</b>	<b>(2.169.204)</b>	<b>29,6</b>
Energia comprada para revenda	(2.626.930)	(2.322.374)	13,1
Ressarcimento CDE/CCEE/CONER	30.656	365.684	-91,6
Encargos de uso do sistema	(215.956)	(209.034)	3,3
Outros	-	(3.480)	n.d.
<b>Margem Bruta</b>	<b>863.583</b>	<b>891.257</b>	<b>-3,1</b>
<b>Gastos gerenciáveis</b>	<b>(589.454)</b>	<b>(653.261)</b>	<b>-9,8</b>
<b>Total do PMSO</b>	<b>(421.768)</b>	<b>(368.530)</b>	<b>14,4</b>
Pessoal	(160.700)	(148.998)	7,9
Material	(13.117)	(12.256)	7,0
Serviços de terceiros	(147.415)	(144.838)	1,8
Provisões	(55.479)	(29.613)	87,3
Outros	(45.057)		

**GESTÃO DE PESSOAS**

**Cultura EDP**

Tradicionalmente, a EDP Bandeirante é uma empresa que busca a eficiência em seus negócios e processos, a antecipação de riscos e oportunidades e o cumprimento precoce de suas metas e objetivos. Nos últimos anos, a Companhia intensificou o cuidado com os seus ativos, desenvolveu projetos e planos de ações efetivos e concretizou uma estratégia clara e coerente de atuação. Agora, a Empresa quer ir além do que considera tangível e tratar de questões que refletem diretamente na cultura organizacional e na identidade corporativa da Companhia.

O projeto Cultura EDP - nossa energia para cuidar sempre melhor - é o principal instrumento para atingir tal objetivo. Iniciado no fim de 2014, consiste na concepção de princípios que assegurem um bom ambiente de trabalho, estimulem a interação entre as pessoas, garantam a motivação dos colaboradores, valorizem o capital humano e gerem valor para os clientes e outros *stakeholders*. O desenvolvimento do projeto foi dividido em quatro etapas - criação, comunicação, disseminação e internalização dos Procure sempre inovar em tudo o que a EDP faz hoje. Não só para assegurar o presente, mas também para construir o futuro. Faça isso de forma contínua.

**Cuidado com as pessoas**  
Conforme tratado acima, 2015 foi um ano marcado pelo Projeto Cultura - nossa energia para cuidar sempre melhor. Para garantir excelência no cuidar de seus colaboradores, a EDP tem buscado estratégias e iniciativas que zelem por segurança, respeito, igualdade, reconhecimento, partilha de conhecimento, entre outros. O objetivo é proporcionar um clima organizacional positivo, com pessoas satisfeitas no trabalho, possibilitando equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Em 2015, a Companhia desenvolveu um novo modelo de avaliação por competências, visando adequar o processo às novas necessidades da empresa. Para viabilizar este processo, foi adquirido o sistema Success Factors, que foi nomeado internamente de About.me e teve como primeiro módulo implementado a Avaliação de Competências. Além disso, outros temas da área de Gestão de Pessoas serão contemplados, facilitando a interação com ferramentas de avaliação, recrutamento, carreira, remuneração, mobilidade, em um ambiente amigável e que permite a visualização dos perfis de todos os colaboradores ativos.

Para aprimorar o processo de integração de novos colaboradores, a área de Gestão de Pessoas criou o programa Padrinho EDP, no qual cada novo integrante é acompanhado por um companheiro de trabalho. O padrinho ajuda o novo colaborador a entender a rotina da Companhia, se apropriar dos princípios da Cultura EDP e conhecer os procedimentos e hábitos corporativos na fase de adaptação na Empresa. O quadro de pessoal próprio da EDP Bandeirante, ao final de 2015, foi de 1.235 colaboradores e 2 colaboradores da alta direção em regime estatutário, totalizando 1.237. Adicionalmente contou com a participação de 2 conselheiros, 41 estagiários e 9 aprendizes. A taxa de rotatividade da EDP Bandeirante em 2015 foi de 7,77%.

**Diversidade - Igualdade na justiça e na diferença.**  
Em 2015, a Companhia criou o Projeto de Diversidade, que desenvolve iniciativas em gestão de pessoas para fomentar a igualdade entre gêneros, nacionalidades, gerações e pessoas portadoras de necessidades especiais, com objetivos e metas claras para melhorias dos indicadores relacionados a estes temas.

**Recrutamento e Seleção**  
Em 2015, a EDP lançou em âmbito global o Novo programa de mobilidade interna (SWITCH) para promover a mobilidade dos colaboradores entre áreas, empresas e geografias onde a EDP está presente, inclusive a EDP Bandeirante. Entre os principais objetivos da iniciativa estão:  
• Reforçar a cultura e a partilha de conhecimento, ao promover a interação entre colaboradores com experiências pessoais e profissionais distintas;

- Aumentar a satisfação e a produtividade;
  - Valorizar o colaborador e reforçar as suas competências, para que possam assumir novos desafios e responsabilidades;
  - Reduzir custos com recrutamento externo e minimizar riscos de integração.
- Por meio do programa, o índice de mobilidade interna em 2015 foi 54,37%.

**Clima Organizacional**  
Em 2015, a EDP Bandeirante lançou um novo modelo da pesquisa, desenvolvida em parceria com a consultoria Hay Group. Os temas e perguntas foram definidas de acordo com as melhores práticas de mercado. O novo modelo foi 100% digital e abrangeu todos os níveis da empresa, o que aumenta o nível de confiabilidade das respostas e das futuras análises. A aplicação da pesquisa de clima foi realizada em outubro de 2015. Participaram 96% dos colaboradores da EDP, maior índice das últimas quatro edições da pesquisa.

**Programa de Incentivo à Aposentadoria**  
Como forma de reconhecer os colaboradores que trabalharam durante muito tempo na EDP Bandeirante, em 2015 foi criado o Plano de Incentivo à Aposentadoria. O objetivo é reconhecer financeiramente os colaboradores que desejam e irão se aposentar, com base nos anos trabalhados na empresa. Além disso, em 2016 estes colaboradores serão acompanhados pelo Programa Viver Bem, que possui workshops sobre os temas: orientações motivacionais; saúde financeira e relacionamento afetivo, familiar e amigos; tornando realidade "meu" projeto de vida; e depoimentos de outros profissionais.

**Saúde**  
Os programas de saúde e qualidade de vida na EDP Bandeirante são desenvolvidos sob duas vertentes: Medicina Ocupacional e Qualidade de Vida. O primeiro está associado à prevenção de doenças decorrentes dos riscos ocupacionais aos quais os colaboradores estão expostos. O segundo busca promover ações de conscientização e prevenção, visando a manutenção e a melhoria da saúde de todos os colaboradores.

**Segurança do Trabalho**  
Mais do que um conceito, segurança é uma questão de atitude na EDP Bandeirante. A estratégia de gestão sustenta sua atuação em três princípios: Pessoas, Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e Processos.

Em relação à Segurança, a EDP Bandeirante trabalha com duas vertentes:  
• Colaboradores próprios, que visa desenvolver os colaboradores da EDP Bandeirante a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.  
• Prestadores de Serviço, baseado nos mesmos conceitos do PSC, que é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2015 ocorreram um acidente fatal e um acidente com afastamento na EDP Bandeirante e as taxas de frequência e gravidade da foram de 0,78 e 2331 respectivamente. No mesmo ano, foram registrados dois acidentes com afastamento com prestadoras de serviços e taxas de frequência e gravidade de 0,44 e 26 respectivamente, seguindo a as premissas de cálculo da Portaria 3.214/78 - Norma Reguladora N°5 da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

A certificação OHSAS (Occupational Health and Safety Assessment Series) 18001/2007 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Operação manteve-se vigente durante o ano de 2015.

**Iniciativas preventivas**  
A EDP Bandeirante realiza diversas iniciativas com o intuito de promover atitudes preventivas que priorizem o respeito à vida na execução das atividades operacionais e administrativas. Entre elas, estão: Rodeio dos Eletricistas; Diálogo de Segurança (DDS); Reuniões semanais; Inspeções de Segurança; Intervenções nas áreas Corporativas; Mega-Inspeções; e Segurança com a População.

**SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA**

**Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa**

Pelo 10º ano consecutivo, a EDP Bandeirante contribuiu para manter o reconhecimento da EDP Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa).

A atuação da EDP Bandeirante é norteada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e as orientações das Políticas de Inovabilidade e de Responsabilidade Social. Em 2014, para garantir a melhoria contínua no desempenho Socioambiental no índice, a EDP elaborou planos de ação junto às diferentes áreas, esses planos tiveram sua implementação iniciada durante o ano de 2015. As iniciativas foram continuadas e envolveram temas como gestão de resíduos, biodiversidade, certificações, gestão de fornecedores e relacionamento com a comunidade. Além disso, a EDP Bandeirante deu continuidade aos projetos de inovação, com destaque para o InovCity que inclui ações voltadas para medição inteligente, eficiência energética, mobilidade elétrica, iluminação pública eficiente, geração distribuída e educação energética e desenvolvimento social.

Em 2015 a EDP Bandeirante através do IEDP investiu em projetos sociais e conseguiu pelo 11º ano consecutivo o reconhecimento da Fundação Abrinq como Empresa Amiga da Criança. A manutenção do selo evidencia a iniciativa de contribuir para a construção de um futuro melhor para os jovens das áreas onde as empresas operam.

O "Programa de Voluntariado da EDP", com participação dos colaboradores da EDP Bandeirante, promoveu diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de mil pessoas atendidas por organizações sociais. Destaque para os projetos "Desafio do Bem", "Parte de Nós Ambiente" e "Parte de Nós Natal". Essa atuação proporcionou a conquista pelo Selo Empresa Amiga da Criança.

**Meio Ambiente**

Em 2015 destaca-se a participação da equipe especializada de meio ambiente da EDP Bandeirante no acompanhamento técnico das obras de construção de linhas de transmissão e subestações para avaliar e minimizar o respectivo impacto nos recursos naturais e nas populações de entorno. Um exemplo realizado no ano foram as ações com foco em reduzir os impactos sobre a biodiversidade decorrentes da reconstrução da linha Itapeti/São José (SP), para isso foram doadas 1.250 mudas para um proprietário de uma área impactada pela obra.

A EDP Bandeirante conta com três subestações certificadas pela ISO 14001 e 45 com a OHSAS 18001. Em 2015, as equipes de Manutenção de Subestações passaram por treinamentos sobre as certificações ISO14001 e OHSAS18001. O objetivo foi realizar uma reciclagem para os colaboradores antigos e apresentar o Sistema de Gestão para os novos colaboradores. Outro destaque de 2015 foram as atividades decorrentes dos convênios de biodiversidade com prefeituras municipais da área de concessão, atendendo as solicitações dos Convênios, foram entregues dois viveiros que comportam 28 mil mudas para os municípios de Cachoeira Paulista (SP) e Aparecida (SP). Visando o enriquecimento da biodiversidade local, também foram doadas 2.500 mudas de indivíduos arbóreos ao município de Pindamonhangaba (SP), caçambas para coleta de lixo em Cachoeira Paulista, sementes para Guaratinguetá (SP), e um triturador para Guara (SP) e Aparecida (SP).

**BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE**

EDP BANDEIRANTE						
1 - Base de Cálculo	2015 (R\$ mil)			2014 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)	3.837.398			3.198.650		
Resultado operacional (RO)	365.845			337.205		
Folha de pagamento bruta (FPB)	124.962			113.881		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	15.488,74	12,39%	0,40%	15.010,93	13,18%	0,47%
Encargos sociais compulsórios	30.507,01	24,41%	0,79%	28.047,55	24,63%	0,88%
Previdência privada	4.037,62	3,23%	0,11%	4.271,91	3,75%	0,13%
Saúde	11.964,34	9,57%	0,31%	11.266,41	9,89%	0,35%
Segurança e saúde no trabalho	880,96	0,70%	0,02%	870,29	0,76%	0,03%
Educação	102,36	0,08%	0,00%	182,49	0,16%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	420,11	0,34%	0,01%	1.482,04	1,30%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	508,89	0,41%	0,01%	451,59	0,40%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	11.192,71	8,96%	0,29%	10.616,29	9,32%	0,33%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	547,38	0,44%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Outros	547,69	0,44%	0,01%	460,60	0,40%	0,01%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>76.197,82</b>	<b>60,98%</b>	<b>1,99%</b>	<b>72.660,11</b>	<b>63,80%</b>	<b>2,27%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	420,40	0,12%	0,01%
Cultura	770,00	0,21%	0,02%	676,60	0,20%	0,02%
Saúde e saneamento	150,00	0,04%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	100,00	0,03%	0,00%	100,00	0,03%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	13,00	0,00%	0,00%	113,00	0,03%	0,00%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>1.304,00</b>	<b>0,36%</b>	<b>0,03%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)						
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>						
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	3.537,59	0,97%	0,09%	4.563,26	1,35%	0,14%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>3.537,59</b>	<b>0,97%</b>	<b>0,09%</b>	<b>4.563,26</b>	<b>1,35%</b>	<b>0,14%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		( x ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%			( x ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.237			1.209		
Nº de admissões durante o período	110			79		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.294			2.234		
Nº de estagiários(as)	41			52		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	ND			103		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	252			244		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	7%			6%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	3			31		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			ND		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	ND			25		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	32,31%			29,93%		
Número total de acidentes de trabalho	8			13		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados	( ) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	( x ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	( x ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa: 51.371	no Procon: 2.359	na Justiça: ND	na empresa: 51.371	no Procon: 2.359	na Justiça: ND
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: ND	no Procon: ND	na Justiça: ND	na empresa: ND	no Procon: ND	na Justiça: ND
<b>Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):</b>						
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 84,5%; acionistas: 1,9%; colaboradores: 3,6% retido: 5,0%; terceiros: 5,1%			governo: 73%; acionistas: 7%; colaboradores: 3% retido: 10%; terceiros: 00,0%		
7 - Outras Informações	N/A - Não Aplicável.					

**AUDITORES INDEPENDENTES**

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em Abril de 2014, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em Abril de 2014. Em 2015, a PwC não prestou nenhum serviço relacionado à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, alterada pela CVM nº 552/14 declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios fmdos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	301.943	282.437
Consumidores e concessionárias	6	817.882	520.910
Ativos financeiros setoriais	7	470.256	227.901
Impostos e contribuições sociais	8	41.339	41.294
Cauções e depósitos vinculados	11	134	764
Outros créditos	12	59.525	58.331
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>1.691.079</b>	<b>1.131.637</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores e concessionárias	6	47.846	50.815
Ativos financeiros setoriais	7	28.420	123.614
Ativo financeiro indenizável	13.1	520.649	345.948
Impostos e contribuições sociais	8	57.326	51.431
Tributos diferidos	9		63.898
Cauções e depósitos vinculados	11	69.292	67.248
Outros créditos	12	11.615	10.414
		<b>735.148</b>	<b>713.368</b>
Propriedades para investimentos		1.937	3.053
Imobilizado			65
Intangível	13.2	903.886	921.683
		<b>905.823</b>	<b>924.801</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.640.971</b>	<b>1.638.169</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.332.050</b>	<b>2.769.806</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)			
	Nota	2015	2014
<b>Receitas</b>	21	<b>3.837.398</b>	<b>3.198.650</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	22		
Custo com energia elétrica		(2.812.230)	(2.185.724)
Custo de operação		(304.243)	(287.802)
Custo do serviço prestado a terceiros		(164.276)	(140.412)
		<b>(3.280.749)</b>	<b>(2.593.938)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>556.649</b>	<b>604.712</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	22		
Despesas com vendas		(38.509)	(19.699)
Despesas gerais e administrativas		(139.989)	(130.398)
Depreciações e amortizações		(3.114)	(7.968)
Outras despesas e receitas operacionais		60.677	(70.462)
		<b>(120.935)</b>	<b>(228.527)</b>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>435.714</b>	<b>376.185</b>
<b>Resultado financeiro</b>	23		
Receitas financeiras		114.871	84.713
Despesas financeiras		(184.740)	(123.693)
		<b>(69.869)</b>	<b>(38.980)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>365.845</b>	<b>337.205</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10.326)	6.536
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(93.552)	(103.485)
	24	<b>(103.878)</b>	<b>(96.949)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>261.967</b>	<b>240.256</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	25		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,00670	0,00615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
		2015	2014
<b>Geração do valor adicionado</b>		<b>7.299.675</b>	<b>4.628.282</b>
Receita operacional		7.070.147	4.512.382
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(38.509)	(19.699)
Receita de construção		161.585	138.189
Outras receitas		106.452	(2.590)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(3.523.838)</b>	<b>(2.776.865)</b>
Custos da energia comprada		(2.857.840)	(2.149.243)
Encargos de uso da rede elétrica		(237.444)	(229.834)
Materiais		(13.707)	(12.894)
Serviços de terceiros		(151.527)	(147.611)
Custo com construção da infraestrutura		(161.585)	(138.189)
Outros custos operacionais		(101.735)	(99.094)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>3.775.837</b>	<b>1.851.417</b>
<b>Retenções</b>			
Depreciações e amortizações		(88.168)	(91.062)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>3.687.669</b>	<b>1.760.355</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras		116.733	84.713
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>3.804.402</b>	<b>1.845.068</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Pessoal			
- Remuneração direta		93.453	88.698
- Benefícios		29.843	29.547
- FGTS		13.482	8.523
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1.885.951	419.372
Estaduais		1.321.417	917.439
Municipais		5.635	4.746
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		186.471	129.624
Aluguéis		6.183	6.863
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		63.296	33.632
Dividendos		8.416	29.612
<b>Lucros retidos</b>		<b>190.255</b>	<b>177.012</b>
		<b>3.804.402</b>	<b>1.845.068</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)							
		Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>339.628</b>	<b>334.728</b>	<b>402.327</b>	<b>27.573</b>	-	<b>1.104.256</b>
Dividendo adicional aprovado - RCA de 25/02/2014				(93.275)			(93.275)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 10/04/2014				(35.847)			(35.847)
Distribuição de lucros retidos - AGO de 10/04/2014				(18.757)			(18.757)
Distribuição de lucros retidos - AGE de 09/10/2014				(31.809)			(31.809)
Lucro líquido do exercício						240.256	240.256
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal				7.461		(7.461)	-
Dividendos intermediários (JSCP)						(33.632)	(33.632)
Dividendos propostos						(29.612)	(29.612)
Lucros retidos a deliberar				169.551		(169.551)	-
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego					(49.733)		(49.733)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					16.909		16.909
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>339.628</b>	<b>334.728</b>	<b>399.651</b>	<b>(5.251)</b>	-	<b>1.068.756</b>
		<b>Capital social</b>	<b>Reservas de capital</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>339.628</b>	<b>334.728</b>	<b>399.651</b>	<b>(5.251)</b>	-	<b>1.068.756</b>
Aumento de capital - AGE de 29/12/2015		257.041	(257.041)				-
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2015				(64.551)			(64.551)
Dividendo adicional aprovado - AGE de 08/12/2015				(50.000)			(50.000)
Lucro líquido do exercício						261.967	261.967
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal				13.098		(13.098)	-
Dividendos intermediários (JSCP)						(63.296)	(63.296)
Dividendos propostos						(8.416)	(8.416)
Lucros retidos a deliberar				177.157		(177.157)	-
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego					(16.629)		(16.629)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					5.654		5.654
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>596.669</b>	<b>77.687</b>	<b>475.355</b>	<b>(16.226)</b>	-	<b>1.133.485</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**  
A Bandeirante Energia S.A. (Companhia ou EDP Bandeirante), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo-SP, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/98 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
- Concessão**  
As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:  
Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.  
Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.
- Base de preparação**  
**3.1 Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.  
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.  
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.  
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.  
**3.2 Práticas contábeis**  
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.  
**3.3 Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.  
**3.4 Uso de estimativa e julgamento**  
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

PASSIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	485.607	448.406
Impostos e contribuições sociais	8	179.865	109.576
Tributos diferidos	9	41.645	19.495
Dividendos	20.3	62.217	58.199
Debêntures	15	175.282	181.733
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	42.157	135.271
Benefícios pós-emprego	17	159	21.695
Encargos setoriais	18	149.690	21.026
Provisões	19	13.540	8.396
Outras contas a pagar	12	75.264	53.908
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.225.426</b>	<b>1.057.705</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	14		1.211
Tributos diferidos	9	24.057	11.054
Debêntures	15	298.590	453.934
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	487.156	50.883
Benefícios pós-emprego	17		5.991
Encargos setoriais	18	5.745	4.070
Provisões	19	102.274	88.441
Passivos financeiros setoriais	7	27.797	
Outras contas a pagar	12	27.520	27.761
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>973.139</b>	<b>643.345</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	20.1	596.669	339.628
Reservas de capital	20.4	77.687	334.728
Reservas de lucros	20.4	475.355	399.651
Outros resultados abrangentes	20.5	(16.226)	(5.251)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>1.133.485</b>	<b>1.068.756</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.332.050</b>	<b>2.769.806</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
		2015	2014
<b>Resultado líquido do exercício</b>			
Outros resultados abrangentes		261.967	240.256
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego		(16.629)	(49.733)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.654	16.909
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>250.992</b>	<b>207.432</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
		2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		365.845	337.205
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
PIS e COFINS diferidos		11.153	30.549
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		38.509	19.699
Valor justo do ativo financeiro indenizável		(102.696)	11.411
Depreciações e amortizações		83.997	87.649
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		60	
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos		24.800	47.482
Ativos e passivos financeiros setoriais		(34.187)	(368.405)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre		5.083	3.767
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		117.675	81.670
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		969	(2.261)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		37.850	29.079
Ajuste a valor presente		(5.484)	(4.558)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		28.398	19.468
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(2.146)	(1.765)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.770)	(841)
Outros		249	(1.825)
		<b>568.305</b>	<b>288.324</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Consumidores e concessionárias		(327.028)	(82.889)
Ativos financeiros setoriais		(85.177)	16.890
Impostos e contribuições sociais compensáveis		28.169	(12.748)
Cauções e			



## EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 8 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em		Atualização	Adianta-	Compensação	Reclas-	Trans-	Saldo em	
	Nota	31/12/2014							monetária
<b>Ativos - Compensáveis</b>									
Imposto de renda e contribuição social		23.082	1.303	1.416	28.168	(24.103)	(82)	(10.327)	19.457
ICMS	8.1	60.116	38.397	(3)				(32.017)	66.493
PIS e COFINS		1.959	289.129	354		(644)		(288.398)	2.400
IRRF sobre aplicações financeiras		6.869	2.527				2		9.398
Outros		699	138				80		917
<b>Total</b>		<b>92.725</b>	<b>331.494</b>	<b>(3)</b>	<b>1.770</b>	<b>28.168</b>	<b>-</b>	<b>(330.742)</b>	<b>98.665</b>
Circulante		41.294						41.339	
Não circulante		51.431						57.326	
<b>Total</b>		<b>92.725</b>						<b>98.665</b>	
<b>Passivo - a recolher</b>									
Imposto de renda e contribuição social		-	10.327					(10.327)	-
ICMS		84.700	1.318.811	(2)	(1.247.766)			(32.017)	123.726
PIS e COFINS		15.028	640.582		(302.225)	(24.747)		(288.398)	40.240
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		1.220	5.049		(4.624)		354		1.999
IRRF sobre juros s/ capital próprio		5.045	9.494		(5.045)				9.494
Encargos com pessoal		3.229	38.591		(41.091)		(93)		636
Outros		354	3.931		(254)		(261)		3.770
<b>Total</b>		<b>109.576</b>	<b>2.026.785</b>	<b>(2)</b>	<b>-(1.601.005)</b>	<b>(24.747)</b>	<b>-</b>	<b>(330.742)</b>	<b>179.865</b>
Circulante		109.576							179.865
<b>Total</b>		<b>109.576</b>						<b>179.865</b>	

Os impostos e contribuições sociais correntes, que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

## 8.1 ICMS - Compensável

Do saldo a compensar de R\$66.493 (R\$60.116 em 31 de dezembro de 2014), R\$9.167 (R\$8.682 em 31 de dezembro de 2014) são Circulante e R\$57.326 (R\$51.434 em 31 de dezembro de 2014) são Não circulante. Do montante total, R\$63.623 (R\$57.307 em 31 de dezembro de 2014) referem-se a créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

## 9 Tributos diferidos

	Nota	Ativo		Passivo		
		Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	
PIS e COFINS	9.1		41.645	19.495	57	11.054
Imposto de renda e contribuição social	9.2		63.898	19.495	24.000	
<b>Total</b>			<b>63.898</b>	<b>41.645</b>	<b>19.495</b>	<b>24.057</b>

## 9.1 PIS e COFINS

O montante refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre receita relativa aos ativos e passivos financeiros setoriais.

## 9.2 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

## 10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 20.3), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)				
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	2015	2014		
<b>Consumidores e concessionárias</b>												
<b>Ressarcimento por insuficiência de geração</b>												
Porto do Pecém	Controle Comum		01/12/2012 a 31/12/2026	2.620	10.957	4.688	5.267	-	(3.626)	11.128		
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar</b>												
<b>Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL			10		113	208	(1.631)	(3.444)	
EDP GRID	Controle Comum					18			18			
<b>Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		29/07/2015 a 29/07/2019					350	288	(1.525)	(3.149)	
<b>Prestação de Serviços de Eficiência Energética</b>												
EDP GRID	Controle Comum		01/01/2014 a 31/12/2016			28	502	133	463	(897)	(150)	
<b>Fornecedores</b>												
<b>Suprimento de energia elétrica</b>												
Enerpeixe	Controle Comum		01/10/2003 a 31/01/2016				21.831	19.323		(177.987)	(170.431)	
Enerpeixe	Controle Comum		01/10/2003 a 31/01/2016				7.761	7.215		(66.922)	(64.189)	
Porto do Pecém	Controle Comum	Custo fixo + Custo variável	01/01/2012 a 31/12/2026				4.937	4.500		(37.583)	(27.886)	
Energest	Controle Comum		01/01/2008 a 31/12/2037				26	23		(208)	(194)	
Investco	Controle Comum		01/08/2002 a 15/12/2032				167	136		(1.798)	(1.614)	
Investco	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032				5	12		(38)	(151)	
Lajeado	Controle Comum		01/01/2008 a 31/12/2037				2	1		(18)	(17)	
Lajeado	Controle Comum		01/01/2009 a 31/12/2038				8	7		(62)	(77)	
Lajeado	Controle Comum		01/01/2009 a 31/12/2038				32	29		(268)	(249)	
Santa Fé	Controle Comum		01/01/2009 a 31/12/2038				54	47		(433)	(404)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2014 a 31/12/2015					22		(26)	(19)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2014 a 31/12/2015					2		(24)	(19)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2015 a 30/06/2015							(6.768)		
ECE Participações	Controle Comum		01/01/2015 a 31/12/2044				753			(6.085)		
<b>Ressarcimento por insuficiência de geração</b>												
Porto do Pecém	Controle Comum		01/12/2012 a 31/12/2026				5.267	31.317	-	(2.840)	(9.013)	
							40.843	31.450	463	496	(301.054)	(274.510)
				2.620	10.957	4.716	46.612	31.450	463	496	(308.715)	(270.125)

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos serviços de Infraestrutura.

a) **Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da holding, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013. O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura associada à anuência prévia, ficando o contrato atual vigente prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Carapina - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; e (iii) Filial Energest - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

Os percentuais de rateio devem ser revisados anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco; e (iii) Filial Energest - MS, tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal.

Em 29 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido encontra-se sob análise da ANEEL.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

## 10.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

## 10.2 Remuneração dos administradores

## 10.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

	2015				2014			
	Conselho de Administração	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Total	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
<b>Número de membros (i)</b>	1,00 (*)		2,58 (**)					
<b>Remuneração fixa (em R\$)</b>	<b>36.425</b>	<b>100%</b>	<b>1.122.266</b>	<b>64%</b>	<b>1.158.691</b>	<b>65%</b>	<b>1.781.660</b>	<b>78%</b>
Salário ou pró-labore	29.040		779.011		808.051		1.297.052	
Benefícios diretos e indiretos (ii)	1.577		130.892		132.469		141.971	
Encargos sociais	5.808		212.363		218.171		342.637	
<b>Remuneração variável (em R\$)</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>630.139</b>	<b>36%</b>	<b>630.139</b>	<b>35%</b>	<b>515.587</b>	<b>22%</b>
Bônus	n/a		501.296		501.296		401.892	
Encargos sociais	n/a		128.843		128.843		113.695	
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>36.425</b>	<b>100%</b>	<b>1.752.405</b>	<b>100%</b>	<b>1.788.830</b>	<b>100%</b>	<b>2.297.247</b>	<b>100%</b>

(n/a) = Não Aplicável

(\*) Das 6 posições do Conselho de Administração efetiva, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$36.000,00, para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2015.

(\*\*) Das 7 posições da Diretoria, 3 membros atualmente são remunerados, sendo que o Diretor de Regulação acumula o cargo de Diretor de Gestão de Ativos e Administrativo. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$2.420.000,00, para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 2015.

(i) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Operacional/CVM/SEP/nº02/2015, que corresponde à média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

(ii) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Previdência Privada, Benefício de Risco, Vale Alimentação e Vale Refeição.

## 10.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

	2015		2014	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	1,00	2,58	1,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	36.425	789.842	34.849	768.909
Valor da menor remuneração individual	36.425	554.137	34.848	259.200
Valor médio da remuneração individual	36.425	679.227	34.848	452.480

## 11 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
Depósitos judiciais	19		69.005	66.893
Cauções e depósitos vinculados		134	764	355
<b>Total</b>		<b>134</b>	<b>764</b>	<b>69.292</b>

## 12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
<b>Outros créditos - Ativo</b>				
Adiantamentos		6.736	2.264	
Descontos tarifários	12.1	28.333	38.797	
Modicidade tarifária - baixa renda	12.2			8.055
Bens destinados à alienação		2.917	2.917	
Serviços em curso		473	463	
Serviços prestados a terceiros		14.752	8.754	3.532
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		28		2.358
Estoque	10	4.427	4.430	
Outros	12.3	1.887	706	
<b>Total</b>		<b>59.525</b>	<b>58.331</b>	<b>11.615</b>
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		1.891	188	
Contribuição de iluminação pública	12.4	12.509	2.908	
Cretores diversos - consumidores e concessionárias		13.956	12.407	
Folha de pagamento		154	1.759	
Modicidade tarifária - baixa renda	12.2	576	481	9.809
Cessão de créditos de ICMS		1.964	1.237	
Arrecadação de terceiros a repassar		1.818	1.741	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		10	502	463
Obrigações sociais e trabalhistas	12.5	32.063	23.782	496
Reserva para reversão e amortização	12.6			17.248
Outros		9.831	9.272	



## EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem integralmente no resultado, na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

		Circulante		Não circulante
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
PSAP/Bandeirante	17.1.1.1	21.607	5.991	
Contribuição definida	17.1.2	159	88	5.991
		<b>159</b>	<b>21.695</b>	<b>5.991</b>

### 17.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

#### 17.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

Estruturado na modalidade “Salgado, Benefício definido e Contribuição variável” sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

O plano possui as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício salgado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuariário da EnerPrev, é da Companhia.

A Companhia possui um compromisso, decorrente de déficit atuarial calculado pelo atuariário da EnerPrev conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008, que está sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima. As premissas atuariais utilizadas pela Companhia atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela EnerPrev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.

(ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupos de Custeio BD e CV:

• Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuariário da EnerPrev, é paritária entre a Companhia e os participantes.

• Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a Companhia.

Apesar da avaliação atuarial apurada pelos atuários independentes contratados pela Companhia realizada na data-base 31 de dezembro de 2015 ter demonstrado que nos Planos do tipo Benefício definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavaliário, o saldo não foi registrado em decorrência da restrição no reconhecimento desse ativo, de acordo com o CPC 33 (R1), por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

#### 17.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do cálculo na avaliação atuarial da Companhia devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições do plano ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos do plano seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial deste benefício.

As práticas de investimento do plano se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazos, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditasas pelos fluxos atuariais futuros.

Está demonstrada a seguir a movimentação do PSAP no exercício:

		2015		2014		
	Nota	Valor presente das obrigações do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido (Passivo)	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano
<b>Saldo inicial reconhecido</b>		<b>(622.304)</b>	<b>594.706</b>	<b>(27.598)</b>	<b>(550.181)</b>	<b>550.181</b>
Custo do serviço corrente		951		951	1.211	1.211
Custo dos juros	23	(73.922)	72.002	(1.920)	(64.133)	65.183
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	20.5	29.387	(28.535)	(17.481)	(45.416)	(49.733)
Contribuições pagas pela Companhia			45.196	45.196		19.874
Contribuições pagas pelos empregados		(3.116)	3.116	-	(2.117)	2.117
Benefícios pagos pelo plano		38.196	(38.196)	-	38.332	(38.332)
<b>Saldo final reconhecido</b>		<b>(630.808)</b>	<b>648.289</b>	<b>(17.481)</b>	<b>(622.304)</b>	<b>(27.598)</b>

As contribuições da Companhia esperadas para este plano durante o exercício de 2016 são de R\$51.644.

Os vencimentos do plano de benefício, calculado na avaliação atuarial, considera o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefício para os próximos 10 anos:

		PSAP
<b>Circulante</b>		<b>40.597</b>
2016		<b>40.597</b>

#### Não circulante

2017		44.354
2018		47.762
2019		51.733
2020		55.591
2021 a 2025		344.124
		<b>543.564</b>

<b>Total</b>		<b>584.161</b>
--------------	--	----------------

Os efeitos da revisão da avaliação atuarial reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2015	2014
<b>Custo do serviço</b>		
Custo do serviço corrente	1.300	1.393
Custo dos juros	1.920	(2.050)
<b>Componentes esperados dos empregados</b>	<b>(2.251)</b>	<b>(2.604)</b>
<b>Remuneração do valor líquido do passivo de benefício definido</b>	<b>969</b>	<b>(2.261)</b>

Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)

28.535	4.317
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas demográficas	508
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(9.224)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(20.163)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	17.481
<b>Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>16.629</b>
<b>Total</b>	<b>49.733</b>
	<b>17.598</b>

O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e Contribuição social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$16.226 (R\$5.251 em 31 de dezembro de 2014), registrados em contrapartidade de Outros resultados abrangentes (Nota 20.5).

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	2015	2014
Títulos de dívida	Cotado	81,12%	80,68%
Ações	Cotado	17,20%	17,33%
Imóveis	Cotado	0,24%	0,28%
Outros	Não cotado	1,44%	1,71%
<b>Total</b>		<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Este plano tem a seguinte composição de participantes:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Participantes ativos	540	563
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	120	123
Aposentados e pensionistas	775	739
<b>Total</b>	<b>895</b>	<b>862</b>
	<b>1.435</b>	<b>1.425</b>

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Valores do PSAP
<b>Pressupostos centrais</b>	631.077
<b>Taxa de desconto</b>	
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	(32.591)
Redução na taxa de desconto em 0,5%	35.809

#### Mortalidade

Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2015	2014
Taxa de desconto - nominal	12,75% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,82%	6,34%
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Inflação	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte	Light Forte

#### 17.1.2 Contribuição definida

A Companhia oferece 2 planos de contribuição definida:

(i) Plano administrado pela EnerPrev, sendo que os colaboradores realizam contribuições básicas de até 5% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. Os colaboradores também podem optar pela contribuição voluntária de até 5% do salário mensal, sem o aporte da patrocinadora; e

(ii) Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) aberto e administrado pelo Bradesco Vida e Previdência sendo que o colaborador pode contribuir com até 2% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. O participante também pode optar pela contribuição voluntária de até 2% do salário mensal, sem aporte da patrocinadora.

Para ambos os planos a adesão não é obrigatória e, caso haja interesse, o colaborador deve se manifestar. Adicionalmente estes planos não geram qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$1.202 (R\$1.091 em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 esse plano tem a adesão de 490 colaboradores (450 em 31 de dezembro de 2014).

#### 18 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2015	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Ressarcimento CCRBT	Saldo em 31/12/2015
Conta de desenvolvimento energético - CDE	18.1 e 21	6.066	914.341		(817.121)		103.286
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)		3.053			(17)		3.036
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE)	18.2 e 21	15.508	36.395	2.922	(29.575)		25.250
Bandeiras tarifárias	7, 18.3 e 21	-	431.766		(90.712)	(317.543)	23.511
Outros encargos		469	4.411	875	(5.403)		352
<b>Total</b>		<b>25.096</b>	<b>1.386.913</b>	<b>3.797</b>	<b>(942.828)</b>	<b>(317.543)</b>	<b>155.435</b>
Circulante		21.026					149.690
Não circulante		4.070					5.745
<b>Total</b>		<b>25.096</b>					<b>155.435</b>

#### 18.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

Refere-se aos valores a repassar à Eletrobrás, anuidos pela ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

	Montante total	Valor cota mensal	Competência
<b>Resolução Homologatória - ANEEL nº 1.857/2015</b>			
CDE - Encargos de uso	771.685		Janeiro e Fevereiro de 2015
CDE - Encargos de uso		75.109	Março a Dezembro de 2015
CDE - Energia	99.637	8.303	Março de 2015 a Fevereiro de 2016

#### Resolução Homologatória - ANEEL nº 1.863/2015

CDE - Energia 1.053.375 19.875 Outubro de 2015 a Fevereiro de 2020

O aumento expressivo no valor da quota mensal teve como objetivo a recomposição do fundo da CDE face os repasses efetuados pelo mesmo às distribuidoras de energia no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014 em função da conjuntura hidrológica desfavorável e de seus impactos no equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias.

Parte dos recursos para os pagamentos das quotas foram provenientes da RTE concedida à Companhia em 27 de fevereiro de 2015, aplicados às tarifas de energia de 02 de março de 2015 a 22 de outubro de 2015 (Notas 4.1.2 e 7).

#### 18.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/08, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 556/13. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$25.250 (R\$15.508 em 31 de dezembro de 2014) contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referidos a esses programas.

#### 18.3 Bandeiras tarifárias

Refere-se aos valores a repassar à CCRBT, gerida pela CCEE (Nota 4.1.1). O saldo é composto pela diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e valores estimados não faturados, a título de Bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos.

#### 19 Provisões

	Nota	Circulante	Não circulante
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1	13.540	88.441
<b>Total</b>		<b>13.540</b>	<b>102.274</b>
		<b>8.396</b>	<b>88.441</b>

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

#### 19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

#### 19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	23.880	8.000	(7.644)	(5.926)	1.871	8	20.189	6.915
Cíveis	49.161	8.825	(7.561)	(3.873)	12.462	(8)	59.006	16.721
Fiscais	4.510	20	(303)	(3.612)	58		673	
Outros	19.286	13.536	(3.365)		6.489		35.946	
<b>Total</b>	<b>96.837</b>	<b>30.381</b>	<b>(18.873)</b>	<b>(13.411)</b>	<b>20.880</b>	-	<b>115.814</b>	<b>21.723</b>
Circulante	8.396						13.540	
Não circulante	88.441						102.274	21.723
<b>Total</b>	<b>96.837</b>						<b>115.814</b>	<b>21.723</b>

#### 19.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

#### 19.1.1.2 Cíveis

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$37.605 (R\$33.020 em 31 de dezembro de 2014), destacando-se:

• Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a Companhia cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A Companhia apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.072. Não obstante o levantamento do referido depósito, permaneceu depositado judicialmente o montante de R\$11.361, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2015 é de R\$23.828 (R\$19.859 em 31 de dezembro de 2014).

#### 19.1.1.3 Fiscais

A Companhia possui processos relativos à exigência de ICMS na conta de energia cujo o saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$673 (R\$4.285 em 31 de dezembro de 2014). No exercício foi efetuado a revisão com análise individualizada dessas contingências, tendo sido revertido o montante de R\$3.612, mantendo apenas o valor decorrente da ação judicial na qual a Companhia é responsável.

O saldo relativo ao processo administrativo que discute a utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas foi quitado, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2015 (R\$225 em 31 de dezembro de 2014). Esse pagamento foi realizado com o aproveitamento dos benefícios do Programa Especial de Parcelamento, instituído pela Fazenda Estadual de São Paulo.

#### 19.1.1.4 Outros

Referem-se, principalmente, a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$13.062 (R\$7.995 em 31 de dezembro de 2014).

Dentre os valores provisionados, destaca-se o montante de R\$7.209 relativo a penalidades estabelecidas pela ANEEL, por meio dos autos de infração nºs AI - 002/2014-SFF, de 27 de agosto de 2014 e AI-012/2014, de 26 de agosto de 2014, referentes a Fiscalização do ativo imobilizado em serviço e Fiscalização da Base de Remuneração do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, respectivamente. Em 15 de setembro de 2014 foi protocolado o Recurso Administrativo junto à Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira - SFF/ANEEL e, atualmente, aguarda o juízo de reconsideração por parte da SFF.

#### 19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Dividendo		Dividendos		31/12/2015
	31/12/2014	adicional aprovado	complementares	JSCP Pagamentos	
<b>Passivo</b>					
EDP - Energias do Brasil	58.199	114.551	8.416	53.801	(172.750) 62.217
	<b>58.199</b>	<b>114.551</b>	<b>8.416</b>	<b>53.801</b>	<b>(172.750) 62.217</b>
<b>20.4 Reservas</b>					
Reservas de capital					
Doações e subvenções para investimento					177.342
Incentivos fiscais					787
Ágio na incorporação de sociedade controladora			13.2.1.2	77.687	156.599
				<b>77.687</b>	<b>334.728</b>
Reservas de lucros					
Legal					81.023
Retenção de lucros			20.4.2	217.175	162.125
Lucros retidos a deliberar			20.2 e 20.4.3	177.157	169.551
				<b>475.355</b>	<b>399.651</b>

**20.4.1 Reservas de Capital**  
Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015, houve a capitalização da Reserva de Capital no valor de R\$257.041.

**20.4.2 Retenção de lucros**  
A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

Em 09 de abril de 2015, a AGO deliberou a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R\$105.000 com a finalidade de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado.

Em 08 de dezembro de 2015 a AGE, aprovou reversão da Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R\$50.000 para pagamento de dividendos extraordinários.

**20.4.3 Lucros retidos a deliberar**  
Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. Do saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$169.551, R\$64.551 foram distribuídos como dividendos adicionais (Nota 20.3) e R\$105.000 foram transferidos para a Reserva de Retenção de Lucros (Nota 20.4.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 09 de abril de 2015.

**20.5 Outros resultados abrangentes**  
Referem-se à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2015
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(7.955)	29.387	(46.016)		(24.584)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	2.704			5.654	8.358
	<b>(5.251)</b>	<b>29.387</b>	<b>(46.016)</b>	<b>5.654</b>	<b>(16.226)</b>

**21 Receita**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) As receitas de operações com energia elétrica e de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente;

(ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada;

(iii) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 22);

(iv) A receita de ativos financeiros setoriais é reconhecida mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à "Parcela A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL. Inclui os valores a cobrar dos consumidores referente à incidência de PIS e COFINS, sobre esta receita; e

(v) A receita de Subvenção é reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 12.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	Nota	2015	2014	2015	2014	2014
<b>Fornecimento - Faturado</b>						
Residencial		1.625.456	1.573.472	3.548.841	3.632.814	1.283.307 828.955
Industrial		12.300	12.468	2.367.321	2.618.229	895.300 632.713
Comercial		120.558	117.712	2.286.662	2.283.583	842.151 538.533
Rural		8.002	8.014	82.571	88.487	19.887 12.572
Poder público		9.122	9.056	321.958	340.980	116.185 79.163
Iluminação pública		3.070	2.923	328.538	326.686	73.347 42.255
Serviço público		1.382	1.370	272.518	295.131	88.589 58.718
Consumo próprio		162	172	6.417	6.578	
		<b>1.780.052</b>	<b>1.725.187</b>	<b>9.214.826</b>	<b>9.592.488</b>	<b>3.318.766 2.192.909</b>
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado						
Consumidores cativos						
Residencial						922.496 628.929
Industrial						369.721 209.322
Comercial						461.630 281.094
Rural						12.113 8.547
Poder público						61.058 38.064
Iluminação pública						49.141 33.423
Serviço público						36.230 20.046
Consumidores livres		174	173	5.363.111	5.812.185	803.173 522.390
		<b>174</b>	<b>173</b>	<b>5.363.111</b>	<b>5.812.185</b>	<b>2.715.562 1.741.815</b>
Suprimento - Faturado		2	2	44.622	46.917	3.344 3.158
Energia de curto prazo				1.187.083	220.327	345.513 106.454
(-) Transferências	21.1					
(-) Transferência para obrigações especiais AIC - Ultrapassagem Demanda						(8.928) (10.452)
(-) Transferência para obrigações especiais AIC - Excedente de reativos						(29.496) (24.071)
						<b>(38.424) (34.523)</b>
Não faturado						
Fornecimento						51.054 26.479
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição						54.665 16.165
						<b>105.719 42.644</b>
Receitas de ativos financeiros setoriais	7					920.228 169.091
CVA						(395.540)
Itens financeiros - RTE	4.1.2					(49.545) 135.572
Itens financeiros - Outros						15.424 46.316
PIS/COFINS						<b>490.567 350.979</b>
Receita de construção	22					161.585 138.189
Serviços cobráveis						7.352 4.603
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	12.1					73.116 64.529
Arrendamentos e aluguéis						38.867 37.647
Outras receitas operacionais						9.765 7.653
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>1.780.228</b>	<b>1.725.362</b>	<b>15.809.642</b>	<b>15.671.917</b>	<b>7.231.732 4.656.057</b>
(-) Deduções à receita operacional						
<b>Tributos sobre a receita</b>						
ICMS						(1.319.676) (915.731)
PIS/COFINS						(654.989) (415.631)
ISS						(324) (210)
						<b>(1.974.989) (1.331.572)</b>
<b>Encargos do consumidor</b>						
P&D e PEE	18.2					(36.395) (25.811)
CDE	18.1					(914.341) (67.584)
PROINFA - Consumidores Livres						(32.432) (32.440)
Bandeiras tarifárias - CCRBT	18.3 e 4.1.1					(431.766) (4.411)
Outros encargos						(1.419.345) (125.835)
						<b>(1.419.345) (125.835)</b>
<b>Receita</b>		<b>1.780.228</b>	<b>1.725.362</b>	<b>15.809.642</b>	<b>15.671.917</b>	<b>3.837.398 3.198.650</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

**21.1 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente**

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, no caso da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2011, seriam contabilizados como Obrigações especiais em curso, anteriormente registrado como Receita operacional. Por ocasião do 4º ciclo de revisões tarifárias o valor de R\$136.585, acumulado nessa subconta até a data do laudo de avaliação dos ativos em abril de 2015, foi transferido para a situação de "Em serviço" em Obrigações especiais, passando a receber o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações especiais.

Não obstante a essa determinação, a Companhia, por meio da ABRADÉE, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.

No dia 08 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADÉE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JDFD, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

Em 19 de junho de 2012, o TRF-1 concedeu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11. A ANEEL interpôs Agravo de Instrumento em face da decisão que deferiu a produção de prova pericial. No referido agravo, após decisão que negou seguimento ao recurso, a ANEEL interpôs agravo regimental, ainda pendente de julgamento.

Em primeira instância, foi proferido despacho em 21 de janeiro de 2015 suspendendo os autos até julgamento do agravo interposto pela ANEEL.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é possível, no entanto, a Companhia efetuou no exercício o registro contábil no montante de R\$38.424 (R\$34.523 em 2014), a débito da rubrica de Receita de fornecimento, sendo R\$14.131 em contrapartida à Obrigações especiais, obrigação esta apresentada no âmbito do ICPC 01 como retificadora do Intangível e do Ativo financeiro indenizável e R\$24.293 em contrapartida à Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 7).

**22 Gastos operacionais**

Os Gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	Nota	2015		2014		
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De Prestado a terceiros	Com vendas administrativas	Gerais e Outras	Total
<b>Não gerenciáveis</b>						
Energia elétrica comprada para revenda	14.1	652.965				652.965 319.378
Moeda estrangeira - Itaipu		1.973.965				1.973.965 2.002.996
Moeda nacional		(30.656)				(30.656) (365.684)
Ressarcimento CDE/CCEER/CONER		215.956				215.956 209.034
Encargos de uso da rede elétrica						
Taxa de fiscalização						
		<b>2.812.230</b>	-	-	-	<b>- 2.812.230 2.169.240</b>
<b>Gerenciáveis</b>						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i)		107.236	134		53.330	160.700 148.998
Materiais		5.983	719		6.415	13.117 12.256
Serviços de terceiros		82.275	1.838		63.302	147.415 144.838
Depreciação		1.062			60	1.122 23
Amortização		79.821			3.054	82.875 87.626
PCLD/perdas líquidas				38.509		38.509 19.699
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1					16.970 9.914
Aluguéis e arrendamentos			259		5.824	6.083 6.748
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						24.800 24.800 47.482
Valor justo do ativo financeiro indenizável	13.1					(102.696) (102.696) 11.411
Custo com construção da infraestrutura	21		161.585			161.585 138.189
Outras			27.607		11.118	249 38.974 28.077
		-	<b>304.243</b>	<b>164.276</b>	<b>38.509</b>	<b>143.103 (60.677) 589.454 653.261</b>
<b>Total</b>			<b>2.812.230</b>	<b>304.243</b>	<b>164.276 38.509</b>	<b>143.103 (60.677) 3.401.684 2.822.465</b>

(i) Em atendimento às melhores práticas do mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudo; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total em 2015 de R\$160.700 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R\$522 (R\$1.665 em 2014) referem-se a treinamentos.

**23 Resultado financeiro**

**Receitas financeiras**

	Nota	2015	2014
Renda de aplicações financeiras e cauções		9.035	20.253
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida		53.477	47.281
Atualização monetária depósitos judiciais		2.146	1.765
Atualização sobre os ativos/passivos financeiros setoriais	7	34.187	536
Variações monetárias moeda estrangeira			1.504
Juros e multa sobre impostos			1.031
Ajustes a valor presente	8	1.770	1.031
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	6.1	5.484	4.558
Outras receitas financeiras		(1.862)	
		<b>106.334</b>	<b>77.855</b>
		<b>114.871</b>	<b>84.713</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada	23.1	(27.762)	(6.250)
Juros e multa sobre impostos			(190)
Encargos de dívidas		(106.868)	(84.989)
Variações monetárias moeda nacional			(7.403) (320)
Variações monetárias moeda estrangeira			(4.102)
Operações de Swap e hedge			(1.002) (2.986)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	19.1.1	(20.880)	(19.165)
Varição monetária - Energia Livre	14.2	(5.083)	(3.767)
Benefícios pós-emprego	17.1.1.1	(2.062)	
(-) Juros capitalizados	13.2.2	1.731	5.931
Outras despesas financeiras		(11.309)	(11.957)
		<b>(184.740)</b>	<b>(123.693)</b>
		<b>(69.869)</b>	<b>(38.980)</b>

**Total**

**23.1 Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada**  
A variação apresentada na rubrica é proveniente, substancialmente, da variação cambial pela compra de energia de Itaipu que é comercializada em Dólar. No exercício de 2015 o Dólar apresentou a cotação média de R\$3,34, enquanto que no exercício de 2014, esta cotação média era de R\$2,35.

<

